



CORPOS MARGINALIZADOS: A EXCLUSÃO DE PESSOAS LGBTQIA+ NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

YOHAN JOSEF ZIMMER FERNANDES

RESUMO

Introdução: O artigo analisa a influência da escola na formação da subjetividade de crianças e adolescentes, destacando como as normas sociais e culturais moldam identidades de gênero e sexualidade. A pesquisa enfoca a forma como estereótipos e a falta de discussão sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas contribuem para o isolamento e invisibilidade de estudantes LGBTQIA +. **Metodologia:** O estudo é uma revisão bibliográfica exploratória baseada em uma análise narrativa da literatura. Foram analisados 9 artigos de periódicos e uma obra teórica relevante, abrangendo o período de 2011 a 2023. A metodologia visa integrar diferentes perspectivas e aprofundar a compreensão das questões abordadas. **Resultados:** Os resultados mostram que a violência contra pessoas LGBTQIA + nas escolas, manifestam-se pela taciturnidade sobre diversidade sexual e de gênero. Essa invisibilidade contribui para a reprodução de preconceitos e afeta negativamente a saúde mental e a trajetória escolar dos alunos. A falta de inclusão nos currículos escolares reforça normas heteronormativas e limita o desenvolvimento das possíveis formas de identidades. **Conclusão:** O artigo conclui que a escola desempenha um papel crucial na formação de identidades e na conservação de rótulos. A ausência de discussão sobre diversidade sexual e de gênero configura uma forma de coerção que apoia a alienação dos estudantes LGBTQIA +. É imperativo que o sistema educacional adote uma abordagem inclusiva, revise diretrizes pedagógicas e crie um ambiente acolhedor para promover a integração e o respeito à diversidade, garantindo um desenvolvimento positivo e equitativo para todos os alunos.

Palavras-chave: Violência Escolar, Diversidade Sexual, Sistema Educacional, Psicologia Educacional, Adolescência.

1 INTRODUÇÃO

No contexto do desenvolvimento humano, a educação surge como um dos primeiros núcleos sociais em que crianças e adolescentes se inserem, funcionando como um campo inter-relacional que molda múltiplos aspectos da subjetividade dos indivíduos. A escola, enquanto espaço de socialização para o público infanto-juvenil, requer uma análise detalhada dos fenômenos que moldam esses indivíduos, levando em consideração aspectos sociais, identitários e culturais específicos a cada sujeito (Silva; Anjos; Macedo, 2023).

Nessa circunstância, a cis-heteronormatividade, como descrita por Guimarães et al. (2023), constitui-se como um mecanismo regulador que impõe um padrão normativo rígido de conduta, categorizando identidades de gênero e orientações sexuais dentro de uma lógica binária e hierárquica. Esse sistema normativo reforça a associação entre a identidade de gênero cisgênera e a orientação heterossexual como ideais hegemônicos socialmente sancionados, contribuindo para a legitimação e perpetuação de estruturas sociais excludentes. Vivências que se desviam desse padrão normativo — como as de pessoas LGBTQIA + — são marginalizadas e frequentemente interpretadas sob uma perspectiva patologizante, o que reforça a exclusão e subordinação dessas identidades no tecido social (Louro, 2023).

Marani (2022) argumenta que, por ser um ambiente permeado por questões culturais, as escolas frequentemente articulam narrativas de gênero que contribuem para o enrijecimento das formas de existência no mundo. Nesse contexto, estereótipos funcionam como dispositivos pedagógicos que promovem a heteronormatividade nas infâncias, enfatizando narrativas que podem preservar a opressão e a compreensão dos corpos. Assim, questões relacionadas à corporeidade, gênero e sexualidade permeiam profundamente o cenário educacional, influenciando as relações, e fomentando um ambiente que pode levar ao adoecimento psíquico e a uma promoção nociva no que tange a formação social das juventudes (Silva; Anjos; Macedo, 2023).

A partir disso, observa-se que a escola desempenha um papel crítico na demarcação de normas que classificam os alunos com base em características individualizantes. Esta rotulação acentua a distinção entre o que é considerado "diferente" e o que é definido como "normal" pela estrutura cultural predominante. De acordo com Louro (2023), ao estabelecer essas fronteiras, a escola contribui para a sustentação de conceitos normativos que moldam a percepção do que é desviado e o que é aceito como comum na sociedade, marcando a trajetória educacional dos alunos, especialmente aqueles cujas identidades não se compõem com as normas dominantes. Butler (2003), afirma que as sexualidades podem ser entendidas como estilos performativos, que são construídas e refeitas conforme a cultura predominante, sendo moldadas discursivamente por meio da linguagem social.

Nesse sentido, nota-se que “a escola precisa contribuir com esse movimento de emancipação, de tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio [...]” (Pereira; Bahia, 2011, p. 52), promovendo assim, um espaço de contraposição aos diversos locais que atuam como opressores de suas identidades. Portanto, é fundamental considerar que a escola, como um dos primeiros contextos sociais, desempenha um papel importante na formação da subjetividade dos indivíduos, tendo um impacto profundo e perdurável na composição de suas identidades.

A invisibilidade de questões como a diversidade sexual e de gênero nas escolas não é um fenômeno isolado, mas parte de um sistema educacional que muitas vezes dá prioridade à conformidade em detrimento da pluralidade. A falta de abordagens críticas sobre essas questões reforça uma visão restritiva da identidade, que, conforme Silva, Anjos e Macedo (2023), desconsidera as especificidades culturais e identitárias de cada sujeito. Ao não acomodarem adequadamente a diversidade, os ambientes escolares limitam as oportunidades de expressão e experiência dos alunos e contribuem para a reprodução de normas que reforçam preconceitos já prevalecentes na sociedade.

Portanto, para que a educação cumpra seu papel emancipatório e integrador, é fundamental que essas práticas sejam sintetizadas criticamente, a fim de possibilitar a integração de diferentes modos de ser (Marani, 2022). Isto significa a necessidade de reconhecer a pluralidade de identidades e de dismantelar normas excludentes que reforçam o preconceito e a discriminação no ambiente escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter exploratório, do tipo narrativa, fundamentada em estudos e registros de referenciais teóricos já publicados. De acordo com Cavalcante e Oliveira (2020), essa abordagem metodológica foi selecionada em virtude de sua ampla capacidade de abranger e integrar diferentes trabalhos e literaturas, com ênfase no eixo de pesquisa. Esse modelo de revisão contempla uma temática mais abrangente da literatura, não estabelecendo uma metodologia rígida e sistemática para sua elaboração.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados por meio do cruzamento das palavras-chave: "Violência Escolar" e "Sexualidade", assim como "Educação Física" e "Sexualidade".

No total, foram identificados 33 trabalhos, dos quais foram selecionados 8 com base em critérios de inclusão que priorizaram estudos relacionados ao desenvolvimento de indivíduos LGBTQIA + no ambiente escolar, além de experiências de exclusão no contexto educacional. A revisão incluiu 7 artigos do portal Scientific Electronic Library Online (SciELO) e 1 estudo dos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), utilizado para contextualizar a metodologia aplicada neste estudo. Assim, foram analisadas nove publicações que proporcionam uma visão diversificada e enriquecedora sobre o tema, abrangendo o período de 2011 a 2023. Ademais, a obra “O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade”, de Guacira Lopes Louro, foi empregada como uma referência teórica fundamental, oferecendo uma base sólida e aprofundada para a discussão.

O quadro a seguir apresenta os estudos utilizados no presente artigo, dos quais apenas oito foram incluídos na contextualização do mesmo. O nono artigo, por sua vez, foi empregado exclusivamente para a fundamentação da metodologia adotada, não integrando a estrutura do eixo de pesquisa.

Quadro 1. Estudos Selecionados para a Revisão da Literatura.

Ano	Autoria	Revista Científica	Título
2015	Dornelles e Dal'igna	Educação e Pesquisa	Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar
2022	Faria, Gomes e Modena	Educação e Pesquisa	"Mar de bullying": turbilhão de violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na escola
2023	Guimarães et al.	Educação em Revista	Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente
2022	Marani	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	Subversões pedagógicas e produção de alianças na Educação Física
2011	Pereira e Bahia	Educar em Revista	Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático
2023	Silva, Anjos e Macedo	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	Docentes homossexuais: história de vida de professores de Educação Física no Norte da Bahia
2021	Silva et al.	Ciência & Saúde Coletiva	Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência

Fonte: Autoria própria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados disponíveis indicam que a violência direcionada à população LGBTQIA + no contexto escolar transcende as agressões físicas e verbais, manifestando-se também pela omissão e pelo silêncio acerca da diversidade sexual e de gênero nos currículos educacionais. Essa influência, frequentemente invisibilizada, caracteriza-se como uma forma de apagamento institucional, onde a ausência de discussões sobre questões LGBTQIA + nos ambientes escolares perpetua uma etiologia implícita que sustenta preconceitos (Dornelles; Dal'igna, 2015). Conforme argumentado por Pereira e Bahia (2011), a atualização das diretrizes pedagógicas é um elemento crucial para capacitar os educadores a desenvolver práticas que promovam valores éticos, políticos e sociais, favorecendo um ambiente educacional mais equitativo.

Entretanto, Faria, Gomes e Modena (2022) destacam que a educação no Brasil ainda enfrenta obstáculos significativos para implementar um ensino verdadeiramente multicultural, confrontando barreiras de ordem institucional e cultural. Louro (2023) corrobora essa análise ao afirmar que a discriminação contra a população LGBTQIA + se manifesta como uma forma de violência socialmente naturalizada, sendo especialmente prevalente nos ambientes escolares. Essa hostilidade acarreta consequências devastadoras, como a evasão escolar e problemas psicológicos entre estudantes LGBTQIA +, que são diretas resultantes da exclusão e do preconceito enraizados na rotina educacional (Silva et al., 2021).

Segundo Silva, Anjos e Macedo (2023) a relutância de muitos docentes em abordar esses temas, seja por receio de retaliações ou por considerar que pertencem ao âmbito privado, reforça a invisibilidade e perpetua o preconceito. Tal postura limita o direito dos estudantes LGBTQIA + de se verem representados, contribuindo para sua marginalização (Faria, Gomes & Modena, 2022). Desse modo, torna-se premente a necessidade de integrar a diversidade sexual e de gênero nos currículos e na formação docente como uma estratégia de combate à exclusão, garantindo um ambiente acolhedor e seguro para todos os estudantes, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual (Pereira & Bahia, 2011).

Faria, Gomes e Modena (2022) enfatizam que o bullying configura-se como uma das expressões mais recorrentes de violência no ambiente escolar, gerando impactos profundos na autoestima, saúde física e emocional dos jovens, podendo afetar diretamente seu desempenho acadêmico. Quando permitido ou negligenciado, o bullying transforma a escola em um espaço hostil, exacerbando a evasão e reforçando normas heteronormativas, assim difundindo desigualdades. Nesse contexto, torna-se imperativa a adoção de políticas educativas que promovam o respeito à diversidade, juntamente com a formação adequada dos docentes e a construção de um sistema educacional que transcenda as convenções normativas (Silva et al., 2021).

A omissão ou o silêncio acerca da diversidade sexual intensifica a opressão enfrentada pelos jovens LGBTQIA + nos ambientes escolares e mantém desigualdades estruturais que obstruem o pleno desenvolvimento desses estudantes. Segundo Marani (2022), essa exclusão impacta diretamente a construção de identidades saudáveis e seguras, pois a invisibilidade das questões de gênero e sexualidade reforça a ideia de inadequação. Ademais, a falta de discussões abertas sobre a diversidade impede que todos os alunos desenvolvam competências essenciais, como empatia, respeito pelas diferenças e a capacidade de viver em uma sociedade plural (Guimarães et al., 2023).

Esse silêncio não representa apenas um fracasso do sistema educacional, mas também uma forma de intolerância simbólica que legitima a marginalização daqueles que se desviam da heteronormatividade, reforçando estereótipos prejudiciais e perpetuando a exclusão social (Faria, Gomes & Modena, 2022). Portanto, é fundamental transformar os ambientes escolares em espaços inclusivos, onde a diversidade não apenas seja valorizada, mas também evidenciada como parte integrante do processo educativo para todos os alunos.

4 CONCLUSÃO

Em suma, a pesquisa empreendida ressalta a relevância preponderante das questões de gênero e sexualidade no contexto escolar, explorando a intrincada intersecção entre a educação e a construção da subjetividade individual. As instituições de ensino, enquanto espaços fundamentais de socialização, exercem um papel crucial na formação das identidades dos alunos, porém frequentemente perpetuam rótulos e normas que restringem a pluralidade.

Ao estabelecer normas que categorizam o “diferente” como anormal e o “normal” como habitual, as escolas reforçam concepções limitadas de identidade, criando um ambiente onde as questões de gênero e sexualidade são frequentemente silenciadas. Este silenciamento não se configura meramente como um projeto político, mas assume a forma de uma opressão

que perpetua o preconceito e consolida a cis-heteronormatividade. A escassez de discussões e representações da diversidade sexual e de gênero nas escolas restringe a capacidade dos alunos de se reconhecerem em uma multiplicidade de identidades, culminando em consequências deletérias, tais como a evasão escolar e agravos à saúde mental.

Destarte, impõe-se a necessidade premente de que o sistema educacional promova uma abordagem inclusiva que integre a diversidade sexual e de gênero no currículo e na formação docente. A educação deve abraçar seu papel emancipatório, dismantando normas excludentes e cultivando uma cultura de respeito e valorização das diferenças. Somente assim, a escola poderá se transformar em um verdadeiro espaço de inclusão e acolhimento das subjetividades, contribuindo para o desenvolvimento holístico de todos os alunos. Tal metamorfose exigirá um esforço colaborativo entre educadores e formuladores de políticas educacionais, assegurando que as dissidências não sejam meramente temas de discussão, mas que sejam vivenciadas e experienciadas na tessitura da vida escolar cotidiana.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, [s. l.], ed. 26, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006. Acesso em: 27 ago. 2024.

DORNELLES, Priscila Gomes; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 41, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LS9qxc4wwJNWDYg83zPLdBN/?lang=pt#>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FARIA, Mateus Aparecido de; GOMES, Maria Carmen Aires; MODENA, Celina Maria. “Mar de bullying”: turbilhão de violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na escola. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 48, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WK8x88PBT6Gbc4T7gR7nDnM/#>. Acesso em: 2 set. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo Barbosa de Menezes et al. Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, [s. l.], v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/4MSKk9KvhFjccY4XxDPw6bK/?lang=pt#>. Acesso em: 24 set. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. 224 p.

MARANI, Vitor Hugo. Subversões pedagógicas e produção de alianças na Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], v. 44, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/WG4yVpwkL7DKWhrnTjx6bpc/?lang=pt#>. Acesso em: 22 ago. 2024.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de

aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, [s. l.], n. 39, p. 51–71, 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/CQBDVRPkvjNj4rhR4rxR6hz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 ago. 2024.

SILVA, Cleuton dos Santos; ANJOS, Luiza Aguiar dos; MACEDO, Christiane Garcia.

Docentes homossexuais: história de vida de professores de Educação Física no Norte da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s. l.], v. 45, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbce/a/NkMvhHcmBbzHbRL6DHjkYSg/?lang=pt#>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SILVA, José Carlos Pacheco da *et al.* Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 26, n. 7, p. 2643–2652, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/TCJ6mXyyK4pB94FDNhcjZZc/abstract/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 30 ago. 2024.